

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



## ASSINATURA DO SEGURO-DESEMPREGO E OUTROS ATOS PELO DIA DO TRABALHO

## Palácio do Planalto 30 de abril

Liberdade de organização, participação na vida política e benefícios derivados do plano de estabilização econômica — como o seguro-desemprego — são ganhos importantes dos trabalhadores da cidade e do campo.

30 de abril — Em carta resposta ao Secretário de Estado norteamericano George Shultz, o Chanceler Abreu Sodré diz que qualquer conseqüência da política de informática brasileira, sobre seus parceiros comerciais, deve ser examinada pelo Direito Internacional.

Há um século é comemorado o Primeiro de Maio. A luta dos trabalhadores vem de longe e suas conquistas coincidem com a da democracia.

Em pouco mais de um ano de construção democrática da Nova República, os trabalhadores brasileiros puderam organizar-se e participar da vida política do País como nunca antes em sua história.

Há dois meses o Brasil entrou em nova era. Os trabalhadores e todo o povo brasileiro compreenderam o significado das medidas do Governo.

Quanto estaria valendo hoje o salário do trabalhador se não tivéssemos implantado, ainda a tempo e de forma corajosa, o plano de estabilização econômica? Arrumamos a casa defendendo o trabalhador, estabelecendo uma escala móvel de salários, criando o seguro-desemprego.

O cruzado vale. Inspira confiança no País e entusiasmo pelo trabalho.

Por isso vamos continuar fiscalizando preços e qualidade. Vamos sepultar para sempre a inflação, defendendo, assim, o poder aquisitivo dos salários.

Os trabalhadores brasileiros não se alimentam de ilusões nem de promessas. Lutam pelo que é certo: emprego digno e salário justo.

O Governo é sensível ao problema do desemprego. Já não é possível que fique o desempregado sem qualquer tipo de proteção.

Trabalhadores,

assinei o decreto que regulamenta o seguro-desemprego.

Mas, se fazemos justiça ao concedermos o seguro aos desempregados, devemos nos empenhar mais ainda por evitar o desemprego e por melhorar as condições salariais dos trabalhadores.

Para isso só há um remédio: o crescimento e a melhoria da produtividade.

Aos trabalhadores interessa que aumentem os empregos nas indústrias, na construção, nas atividades do campo.

O Plano de Estabilização Econômica também criou as bases para esse crescimento. Assistimos a uma expansão entusiástica em vários setores da economia e prevemos a criação de um milhão de novos empregos este ano.

O otimismo ganha especialmente o campo, sobretudo com a nova política agrícola. Uma política de créditos, que, junto com os grandes projetos de irrigação, vai aumentar a produção de alimentos.

No meio rural estão muitos dos grandes problemas sociais do Brasil. Temos que fazer o campo contemporâneo

das cidades. Torná-lo tão atrativo quanto nossas metrópoles. Só assim evitaremos o êxodo rural.

Passo histórico, a reforma agrária vai servir para fixar o homem no campo. Nenhuma pressão vai demover o Governo do propósito de realizá-la. Não se pode voltar atrás no que é imperativo absoluto de justiça e elemento da consolidação de nossa democracia. Mas não vamos, por outro lado, dar passos em falso nem irresponsáveis. Não vamos punir quem produz. Não nos interessa a popularidade fácil e enganosa adquirida às custas da demagogia. Vamos fazer uma reforma séria, de amplas conseqüências positivas, que favoreça a produção, que torne úteis terras atualmente pouco aproveitadas, que traga benefícios, nos próximos quatro anos, para um milhão e meio de famílias pobres. Ainda esta semana assinarei os primeiros planos regionais de reforma agrária.

No campo, além dos grandes e importantes projetos, estamos explorando todas as possibilidades de melhoria dos serviços sociais, procurando agir em convergência com as comunidades, na busca de soluções imaginativas para nossos problemas.

Exemplo de cooperação com a comunidade é o Programa de Escolas Rurais Comunitárias, que lancei há poucos dias. Uma idéia simples. Escolas-volantes, que vão aos trabalhadores em vez dos trabalhadores virem a elas. Darão formação profissional nas áreas de saúde, construção, eletrificação, mecânica, irrigação, indústria caseira e produção agropecuária. Em três anos, poderão beneficiar quinhentas mil pessoas.

Trabalhadoras e trabalhadores, operários das fábricas, trabalhadores e moradores do campo.

Queremos que o Brasil cresça onde ele nunca cresceu. Para quem ele nunca cresceu. Queremos um crescimento com distribuição de renda. Ao produzirem mais, usando melhor os recursos e instrumentos de que dispõem, os trabalhadores devem poder aumentar seus ganhos.

Por isso, dentro das regras da livre negociação consciente e responsável entre patrões e trabalhadores, na ordem e no entendimento, os ganhos em produtividade podem-se traduzir em aumento de salário, em participação no aumento dos lucros ou em redução de horas de trabalho.

Temos que pensar não apenas nos que trabalham, ainda no vigor de suas idades. Devemos pensar igualmente nos que, depois de anos de trabalho dedicado a seu País, têm direito a aposentadorias ou pensões. A justiça também está chegando aos aposentados e pensionistas.

Muito breve estarei remetendo ao Congresso Nacional projeto de lei acabando com a contribuição de aposentados e pensionistas à Previdência Social. Todos os aposentados, todos os pensionistas deixarão, portanto, de pagar essa contribuição.

A Previdência precisa de recursos. Mas é injusto retirá-los de quem já ganha tão pouco. O dinheiro necessário será conseguido com novas formas de combate às evasões e às fraudes. E vamos também subordinar todo o sistema nacional da Previdência Social a um maior controle por parte de quem é atendido, de quem usa os serviços. Se todos forem fiscais do Presidente nas áreas da previdência e da saúde, podemos aumentar a eficiência e a produtividade dos serviços prestados.

Para fazer justiça é necessário também melhorar a própria instituição da Justiça. Vamos agilizar a Justiça. Estou sancionando projeto que criará centro e quatorze Juntas de Conciliação e Julgamento em todo o País e propondo a criação de novos Tribunais Regionais do Trabalho. Ainda na área da Justiça do Trabalho, estou propondo a modificação de artigos da Consolidação das Leis do Trabalho para facilitar que seja invocada a solidariedade trabalhista e para fixar de maneira mais precisa as atribuições dos juízes, o que é necessário ao rápido andamento dos feitos judiciais.

E anuncio mais esta medida histórica e há muito esperada: os trabalhadores estarão representados no Conselho Monetário Nacional. Eles devem participar, e estarão participando cada vez mais a partir de agora, das grandes decisões econômicas do País.

Mais importante ainda que todas essas medidas é que predomine um espírito novo e uma disposição nova, que são a base para o trabalho conjunto do Governo e do povo.

Tenho a consciência tranquila de, neste ano em que governei o Brasil, ter dado aos trabalhadores uma posição a que eles têm direito na Nação.

Ao começar, legalizamos as centrais sindicais, anistiamos os dirigentes sindicais que eram cassados. Asseguramos autonomia sindical, acabamos com o arrocho salarial, restauramos o poder aquisitivo dos trabalhadores através de um aumento real ocorrido no ano passado, colocamos os trabalhadores em vários conselhos responsáveis por políticas nacionais como no Conselho da SUDAM, no Conselho da SUDENE, no Conselho do IBGE, responssável pelo cálculo do índice de preços, no Conselho da Mulher, no Conselho da LBA e agora, como acabei de anunciar, no Conselho Monetário Nacional. É o desejo da colocação do trabalhador dentro das decisões nacionais, da participação do trabalhador nas decisões que se tomam neste País.

Durante esse tempo, asseguramos, dentro da liberdade, que os trabalhadores fizessem as suas reivindicações
dentro do diálogo, da conciliação e do respeito maior pela
sua dignidade no trabalho. Isso tudo assegura ao Governo
uma consciência de que aquela prioridade, que nós asseguramos que seria dada ao setor social, foi assegurada, sobretudo, prioridade aos mais pobres. Criamos o segurodesemprego. Agora estamos regulamentando o seguro-desemprego e muitas outras iniciativas foram tomadas, todas em benefício da classe trabalhadora do Brasil. Um governo que assim age pode chegar ao Primeiro de Maio de
cabeça erguida e apertar as mãos de todos os trabalhadores
do Brasil, sabendo que estamos unidos no mesmo objetivo
e no mesmo destino.

Isto foi possível, também, graças à ajuda e assessoria eficiente de um grande homem público, que é o Ministro do Trabalho, o ministro Almir Pazzianotto.

Neste Brasil que ganha fé e entusiasmo, o povo não é massa de manobra. É cada brasileiro participante. São as

associações políticas, sindicais, profissionais, de moradores, comunidades de base, que atuam com liberdade e para a liberdade. São os trabalhadores. O Brasil mudou porque fez de cada brasileiro um responsável pelo destino de seu País.

Trabalhadoras e trabalhadores,

Nestes últimos dois meses o Brasil se afirmou aqui e lá fora. É maior o respeito por nosso País. Negociamos como país confiável que sabe o que pode e o que não pode fazer para cumprir seus compromissos sem o sacrifício social e político de seu povo.

Os brasileiros encaram seu futuro com segurança e serenidade. Nosso trabalho pode transformar os vazios de nossa imensidão, nossos enormes recursos, em riqueza. Vamos fazer. Vamos agir.